

# Boletim



REDE JUBILEU SUL BRASIL

Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 20 – 30 de março de 2010



## Vejam neste Número

### **Câmara dos Deputados institui auditoria permanente da dívida**

Dia 24/03/2010, foi criada Sub-comissão Especial Permanente de Auditoria da Dívida (pág 4)

### **Números da Dívida em 2009**

Vejam quanto o país pagou de juros, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais. (pág 2)

### **CPI da Dívida chega à reta final**

Em abril, deverá ser votado o Relatório Final da CPI. A mobilização social será fundamental para que sejam apontadas todas as ilegitimidades e ilegalidades do endividamento (pág 5)

### **Contra o PLP 549, que congela o salário dos servidores públicos**

Mais uma vez, o governo aponta os servidores públicos como vilões do orçamento. Porém, o verdadeiro rombo das contas públicas é a dívida! (pág 6)

### **Auditoria Cidadã da Dívida**

#### **Coordenação**

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

#### **Responsável técnico pelo Boletim**

Rodrigo Vieira de Ávila

**Contato:** (61) 8147-1196

[auditoriacidada@terra.com.br](mailto:auditoriacidada@terra.com.br)

[www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)

#### **Rede Jubileu Sul Brasil**

Contato: (11) 3112-1524

[jubileubrasil@terra.com.br](mailto:jubileubrasil@terra.com.br)

[www.jubileubrasil.org.br](http://www.jubileubrasil.org.br)

### **A Campanha da Fraternidade de 2010 e o Modelo Econômico do Brasil**

Por Clair da Flora Martins (pág 8)

### **Crise da Dívida na Europa**

Depois da União Européia ajudar os bancos falidos com trilhões de dólares, agora os rentistas querem mais, às custas dos trabalhadores e aposentados (pág 10)

## Números da Dívida em 2009

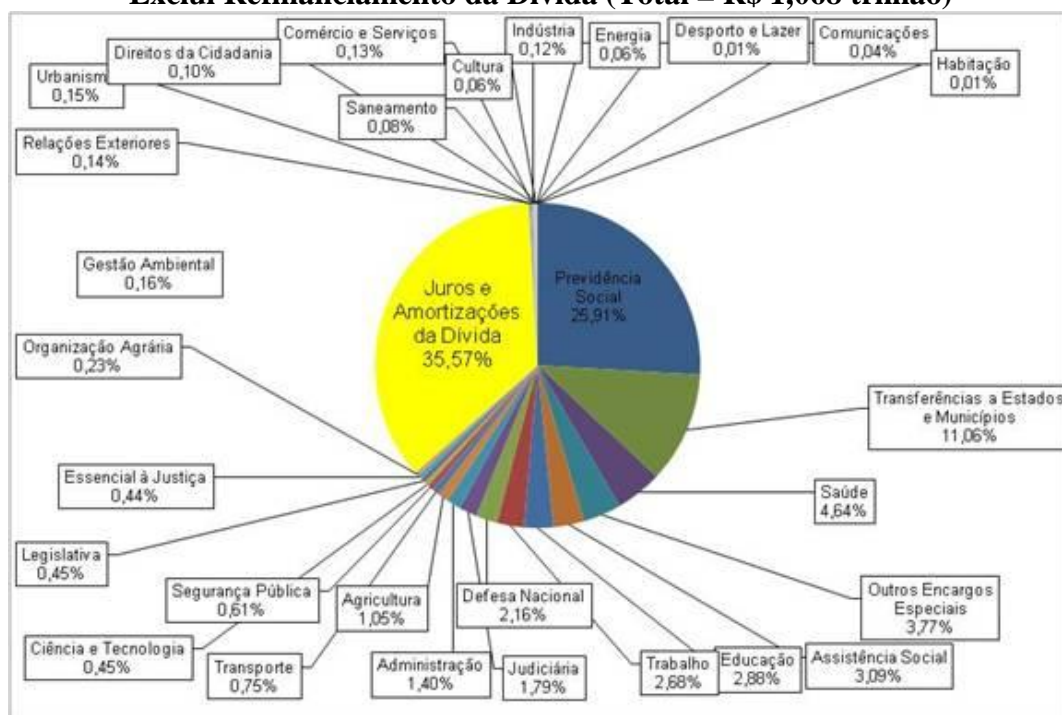
**Vejam quanto o país pagou de juros no ano passado, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais.**

Em 2009, os governos federal, estaduais e municipais geraram um superávit primário (isto é, a economia de recursos para o pagamento da dívida, obtida por meio de aumento de arrecadação de tributos e corte de gastos públicos) equivalente a R\$ 64,5 bilhões ou 2,06% do PIB (Produto Interno Bruto, ou seja, tudo que o país produziu durante 2009). Porém, este superávit não foi suficiente para pagar sequer os juros da dívida, que atingiram 5,4% do PIB no período.

Além do mais, é importante ressaltar que o superávit primário não é a única fonte de recursos para o pagamento da dívida, que se alimenta também da emissão de novos títulos, da remuneração da Conta Única do Tesouro, do lucro do Banco Central, dentre outras fontes, cabendo ressaltar a destinação de todos os superávits financeiros existentes em quaisquer contas ao final do ano, conforme a questionável Medida Provisória 450, convertida na Lei nº 11.943, de 2009.

Analisando-se a execução do orçamento federal em 2009, podemos ver a distribuição de recursos (que totalizaram R\$ 1,068 trilhão no ano) apresentada no gráfico abaixo. As despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, exclusive o refinanciamento) consumiram nada menos que R\$ 380 bilhões, ou 36% dos recursos do período e foram muitas vezes superiores aos gastos com áreas sociais fundamentais, como saúde, educação e assistência social. Além disso, é quase nulo o valor destinado a setores fundamentais como Organização Agrária (com apenas 0,23% dos gastos), Transporte (0,75%), Ciência e Tecnologia (0,45%), Habitação (0,01%) e Saneamento (0,08%).

**Orçamento Geral da União – Executado - 2009**  
**Exclui Refinanciamento da Dívida (Total = R\$ 1,068 trilhão)**



Fonte: SIAFI. Não inclui o "refinanciamento", ou seja, o pagamento de amortizações por meio da emissão de novos títulos.

O valor correspondente ao refinanciamento da dívida, ou seja, o pagamento de títulos que estão vencendo mediante a emissão de novos títulos (a chamada "rolagem da dívida"), não está representado no gráfico acima. Caso considerássemos tal refinanciamento, as despesas com a dívida chegariam a 48% do total! As despesas com refinanciamento devem ser consideradas, uma vez que também representam

relevantes gastos do governo com a dívida, sendo que seu significativo montante demonstra como o governo está dependente do “mercado financeiro”. Este é o principal trunfo do “Mercado” para ditar a política econômica, uma vez que, a qualquer sinal de mudança na gestão da dívida pública, os investidores podem decidir não mais emprestar dinheiro ao governo, ou aumentar os juros cobrados por estes empréstimos.

O mais grave é que todo sacrifício social que vem sendo exigido para se atingir a meta de superávit primário não foi suficiente para impedir o crescimento explosivo da dívida interna federal neste período. Em 2009, esta dívida interna (em poder do mercado) cresceu de R\$ 1,565 trilhão para R\$ 1,826 trilhão, ou seja, um crescimento de nada menos que 17% no ano. Em valores absolutos, esta dívida cresceu R\$ 261 bilhões, valor este equivalente a mais de cinco vezes todo o gasto com saúde no ano passado. Considerando todos os títulos emitidos pelo Tesouro – inclusive os que se encontram em poder do Banco Central - a dívida interna já superou os R\$ 2 trilhões.

Ou seja: para os banqueiros tudo! Para o social, migalhas!

No que se refere à dívida externa, ela cresceu fortemente em 2009, apesar da política de pagamentos antecipados. A Dívida Externa, que era de US\$ 262 bilhões em dezembro de 2008, cresceu para US\$ 282 bilhões ao final do ano passado.

Importante ressaltar que tanto a dívida externa pública como a privada cresceram significativamente em 2009, apesar dos vultosos pagamentos. E nunca é demais repetir que é o governo que deve fornecer os dólares para as empresas quitarem seus débitos com o exterior. Por isso, a dívida externa “privada” causa tantos danos ao país como a dívida externa pública.

Com relação às contas externas, nota-se o grande volume de remessas de lucros das filiais de transnacionais para suas matrizes no exterior, que em 2009 atingiram US\$ 27 bilhões, ou seja, mais que o saldo comercial, que atingiu US\$ 25 bilhões. Ou seja: estamos dependentes do ingresso de capitais estrangeiros para fecharmos nossas contas externas.

## Câmara dos Deputados institui auditoria permanente da dívida

Dia 24/03/2010, foi criada Sub-comissão Especial Permanente de Auditoria da Dívida

Dia 24 de março de 2010, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara aprovou o Requerimento do Deputado Cleber Verde (PRB/MA), que cria a “Subcomissão Especial para acompanhamento, aprofundamento, análise e auditoria da Dívida Pública Externa e Interna”.

Este já é um resultado prático da Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Pública, e da reunião ocorrida dia 10 de março entre as entidades da Auditoria Cidadã da Dívida e o deputado, que é membro da CPI, conforme noticiado nos Boletins anteriores.



Deputado Cleber Verde conversou com entidades da Auditoria Cidadã da Dívida, no dia 10 de março de 2010.

O Requerimento aprovado estabelece que a Subcomissão deverá auditar as contas públicas, para apurar as constatações da CPI da Dívida Pública, constantes em documento das entidades da Auditoria Cidadã da Dívida, distribuído aos parlamentares.

O Requerimento conclui dizendo:

*“Diante de todos estes gravíssimos fatos apontados, é fundamental que a Câmara dos Deputados trabalhe, para aprofundar as investigações, a constituição de uma Subcomissão Permanente na Câmara dos Deputados para a realização da necessária auditoria.”*

### **Ministério Público Federal manifesta preocupação ao Presidente da CPI sobre o contingenciamento dos recursos das áreas sociais**

Também no dia 24 de março a CPI da Dívida recebeu da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Dra. Gilda Pereira de Carvalho, o Ofício nº 203/2009/PFDC/MPF-GPC, manifestando preocupação sobre os constantes contingenciamentos de recursos de diversas áreas sociais, especialmente das políticas para as Mulheres. A Procuradora Gilda Carvalho esteve presente na palestra proferida pela Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, dia 2 de março na Procuradoria Geral da República, sobre a avaliação da Lei Maria da Penha.

Segundo o Ofício:

*“a sociedade questiona os seguidos contingenciamentos das verbas públicas destinadas à educação, saúde, ao transporte, ao combate à pobreza e outras políticas públicas que são urgentes e prioritárias para expansão dos direitos sociais e políticos de todos os brasileiros e brasileiras. Dados recolhidos pela Auditora Maria Lucia Fattorelli, junto ao SIAFI, comprovam o sistemático contingenciamento das verbas destinadas à superação dos nossos problemas sociais em favor do pagamento da dívida pública.”*

O ofício conclui dizendo que *“A PFDC tem a esperança de que os postulados constitucionais de erradicação das desigualdades sociais e de proteção à família com o combate à violência doméstica, previstos nos artigos 3º, III, e 226, §8, acima mencionados, receberão dessa CPI da Dívida Pública o prestígio, o destaque e a relevância necessárias para que se promova nesse país o bem estar de todos e a igualdade entre homens e mulheres”*.

## CPI da Dívida chega à reta final

**Em abril, deverá ser votado o Relatório Final da CPI. A mobilização social será fundamental para que sejam apontadas todas as ilegitimidades e ilegalidades do endividamento**

Dia 24 de março de 2010, o Plenário da Câmara aprovou o Requerimento de prorrogação da Comissão Parlamentar Inquérito da Dívida Pública por 30 dias, a partir de 29 de março de 2010.

Conforme divulgado no Boletim nº 21 da CPI da Dívida, os deputados haviam aprovado o Requerimento de prorrogação por 60 dias, o qual deveria ser submetido à aprovação pelo Plenário.

Na quarta-feira, 24/03, o Presidente da CPI, deputado Virgílio Guimarães (PT/MG), articulou com os líderes dos partidos a aprovação do Requerimento. Entretanto, o Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) defendeu que a prorrogação se estendesse apenas pelo prazo de 30 dias; segundo ele, a CPI “começou a tomar um conteúdo político, foi politizada. Eu sugiro que 30 dias está bom demais”.

Em vista disso, os líderes dos partidos consensuaram a prorrogação da Comissão por apenas 30 dias, ou seja, até o dia 27 de abril de 2010.

Para as próximas semanas, estão previstas Audiências Públicas com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que foi convocado a comparecer à CPI. O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi convidado e já confirmou participação no dia 15 de abril.

Além disso, deverão ser realizadas reuniões para apresentação e discussão do Relatório Final da CPI. Mais uma vez, convocamos as entidades e movimentos sociais para estarem presentes e participarem assiduamente nessa reta final da CPI. As reuniões são anunciadas com antecedência na página:

<http://www2.camara.gov.br/internet/comissoes/temporarias53/cpi/cpidivi>





## Auditoria Cidadã contribui para a luta contra o PLP 549, que congela o salário dos servidores públicos

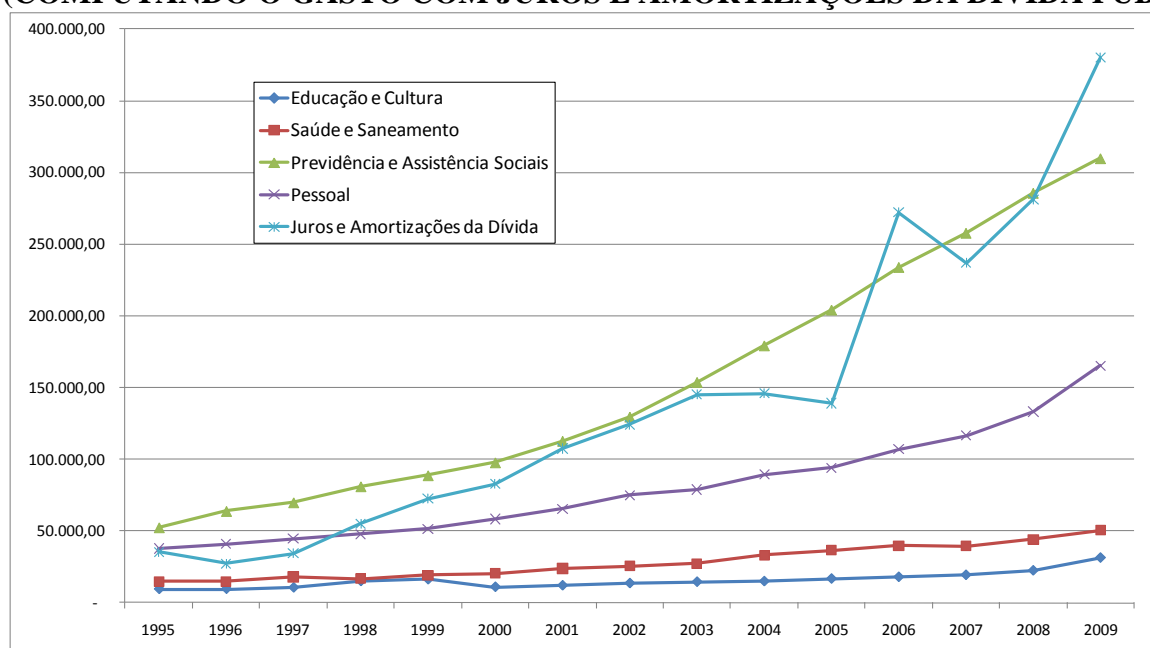
**Mais uma vez, o governo aponta os servidores públicos como vilões do orçamento. Porém, o verdadeiro rombo das contas públicas é a dívida!**

O Senado Federal aprovou o PLS 611, numerado como PLP 549/2009 na Câmara dos Deputados, com proposta de limitação dos gastos com pessoal e outros gastos sociais da União, mediante alteração de dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Por outro lado, a mesma LRF, em seu artigo 30, incisos I e II, indica que caberia ao Congresso Nacional e ao Senado Federal estabelecer os limites para a dívida mobiliária e consolidada da União, o que até hoje não foi feito.

Os gastos com endividamento têm crescido de forma exponencial, como demonstrado no gráfico a seguir, superando excessivamente os gastos com Educação, Saúde, Previdência, Assistência Social, e principalmente com Pessoal. **No ano de 2009, os gastos com endividamento da União consumiram 36% dos recursos orçamentários**, sem considerar a parcela da dívida que foi “rolada”. Caso considerada a rolagem, os gastos com a dívida corresponderiam a 48% de todos os gastos da União.

**Gráfico 1 - Orçamento Geral da União – Gastos selecionados – R\$ milhões  
(COMPUTANDO O GASTO COM JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA)**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFI. Não inclui a rolagem, ou “refinanciamento” da dívida.

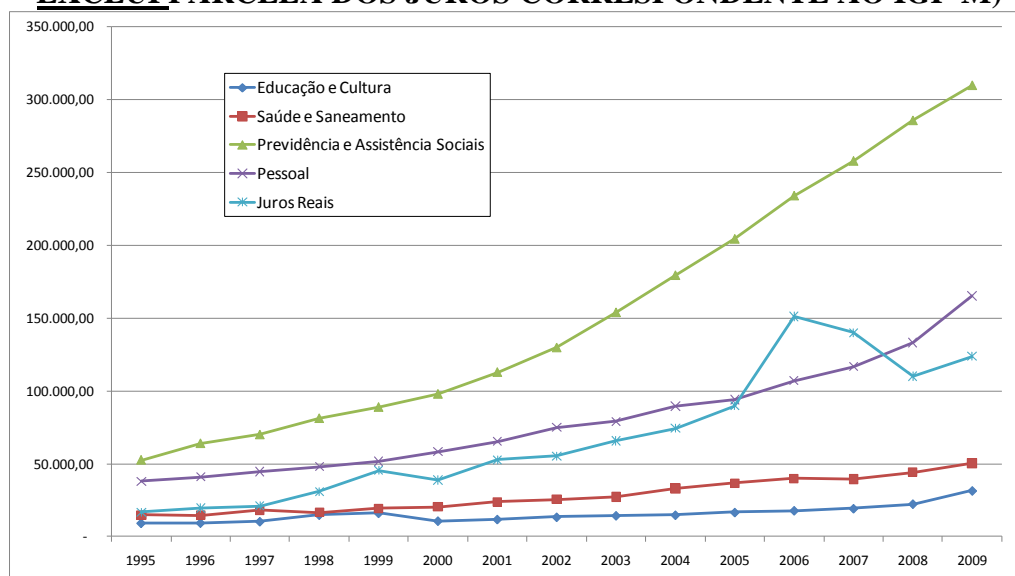
Portanto, enquanto aos trabalhadores é aplicada política de arrocho salarial, a dívida pública tem atualização monetária garantida por lei, e os gastos efetivos com juros não têm sido divulgados de forma transparente, tendo em vista que o valor dos “Juros e Encargos da Dívida” constante do Orçamento da União Executado computa tão somente a parcela dos juros que supera a inflação (denominados “juros reais”).

Ou seja, os dados são divulgados segundo metodologias distintas: enquanto gastos com pessoal e demais áreas sociais computam os valores nominais correntes efetivamente pagos (embutidos os eventuais reajustes salariais e de benefícios ao longo dos anos, decorrentes da inflação), os gastos com juros da dívida pública são descontados do IGP-M calculado sobre o estoque da dívida.

Cabe esclarecer que para comparar os gastos, devem ser consideradas sempre tanto os valores dos juros como das amortizações informados no Orçamento da União Executado, pois a rubrica “amortizações” engloba a parcela do rendimento dos títulos da dívida (parte dos juros nominais) correspondente à atualização monetária.

No Gráfico 2 a seguir transcrevemos o comparativo normalmente divulgado pelo governo, que divulga os dados do orçamento utilizando metodologias distintas para demonstrar os gastos sociais e os gastos com a dívida pública. Ou seja, compara apenas os “juros reais” (que exclui a parcela da atualização monetária) com o pagamento efetivo dos gastos com pessoal, educação, saúde, previdência e assistência social, que são considerados pelos valores nominais correntes efetivamente pagos.

**Gráfico 2 – Orçamento Geral da União - Gastos selecionados – R\$ milhões  
(METODOLOGIA DO TESOUREIRO NACIONAL QUE INFORMA SOMENTE OS JUROS E  
EXCLUI PARCELA DOS JUROS CORRESPONDENTE AO IGP-M)**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SIAFI – Balanço Orçamentário

Conforme demonstrado, a distorção é enorme e subestima os valores efetivamente gastos com o endividamento público. Os dados demonstram a diferença de tratamento dos trabalhadores e do capital. Demonstram também que os gastos financeiros vêm crescendo velozmente, tomando recursos de todas as demais áreas sociais.

Por essas razões, a luta dos trabalhadores públicos contra o PLP 549 deve agregar a discussão sobre o endividamento público.

## A Campanha da Fraternidade de 2010 e o Modelo Econômico do Brasil

Por Clair da Flora Martins

Não poderia ser mais feliz o tema escolhido pela Campanha da Fraternidade Ecumênica para o ano de 2010, cujo lema é “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24c). No bojo do ensinamento bíblico e em toda tradição cultural cristã, encontramos o desafio expresso no documento do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil:

*“Reverter as situações de extrema necessidade de um elevado número de cidadãos e cidadãos brasileiros é obrigação inadiável de uma de uma sociedade como a nossa que aspira a ocupar lugar entre os países mais desenvolvidos do mundo. A Campanha quer contribuir a equacionar a relação entre economia, vida humana e conservação do meio ambiente vital”.*

O arcebispo dom José Alberto Moura, de Montes Claros (MG), representando a CNBB na abertura da Campanha deste ano, em Brasília, explicou que não se trata de uma crítica a uma pessoa ou governo, mas a uma mentalidade de concentração de renda e de colocar a economia como finalidade de vida em que poderíamos olhar mais a pessoa humana, principalmente as pessoas excluídas que devem ser mais consideradas.

Se a campanha tem em perspectiva também a mudança de comportamento da sociedade com relação ao consumismo desenfreado e a construção de modelos alternativos de solidariedade, também enfoca a perversidade de um modelo econômico que visa - em primeiro lugar - o lucro, aumenta a desigualdade e gera miséria, fome e morte.

O Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), pastor luterano Carlos Möller, em seu discurso de abertura da CFE, definiu o atual sistema econômico como “imoral”: “Todo e qualquer sistema econômico deve estar a serviço da vida e não do lucro e dos bancos”, disse o presidente do Conic, que também criticou as altas taxas de juros praticadas em nosso país. A abertura da Campanha contou

com a presença de representantes das Igrejas Luterana, Anglicana, Católica Romana, Sírian Ortodoxa e Presbiteriana Unida.

O tema é extremamente oportuno em uma época onde os países, principalmente os mais pobres, estão pagando a conta de mais de 7 trilhões de dólares (ninguém sabe a cifra exata) que escoaram pelo ralo de um sistema que beneficia os mais ricos com a chamada crise imobiliária surgida nos EUA. E mais uma vez assistimos a impunidade perpetrada pela Justiça e pelos governos com relação aos responsáveis pela especulação fraudulenta cujos valores dispensados para a salvação do sistema, dariam para acabar com a fome na África e reconstruir o Haiti, vítima de uma catástrofe natural sem precedentes.

Como ex-deputada, criei, juntamente com outros parlamentares, no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar de acompanhamento da Dívida Pública, que visava, principalmente, investigar a natureza de uma Dívida que se imputa aos brasileiros, e que está sendo paga, sem critérios, com o sacrifício de investimentos em educação, saúde, moradia, infraestrutura e nos demais setores essenciais para melhorar a vida dos brasileiros, principalmente os mais humildes. Boa parte desta Dívida se deve a elevação de juros de 4% para 20%, sem paralelo no mercado internacional, por parte do Fundo Monetário Internacional, quando os militares saíram do poder.

Documentos que comprovariam esta suposta Dívida não se encontram nem no Congresso Nacional e nem nos países credores. Caso estes juros não fossem cobrados de forma ilegítima, nós é que seríamos credores dos países que teoricamente nos emprestaram. Tentamos também, sem sucesso naquele momento, criar a CPI da Dívida Pública, que agora foi instalada no Congresso Nacional, fruto daquele nosso trabalho, do Jubileu Sul, da Auditoria Cidadã da Dívida e inúmeros outros (as) deputados (as) combativos e entidades da sociedade civil organizada. A CPI tem demonstrado justamente



a perversidade não só da Dívida, que o atual governo afirma ter pago como que num passe de mágica, mas que continua dragando 48% de nosso Orçamento (dados do INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos).

Acontece que o suposto pagamento da Dívida Externa foi realizado, em parte, com ágios extorsivos, pagando-se uma quantia muito maior de juros para internalizá-la do que estava sendo pago anteriormente para o Fundo e com o dólar em franca desvalorização. Uma jogada de marketing que custou caro aos brasileiros. Mas tanto a Dívida Interna (R\$ 1,8 trilhão. Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida) e Externa (US\$ 204,908 bilhões fechados em setembro de 2009, superando o valor fechado em 2008, de US\$ 198,34 bilhões. Fonte: Valor Econômico) continuam existindo e, devido a esta lógica perversa, o governo emite mais títulos da Dívida, com os juros mais elevados do mundo, para o simples pagamento dos juros e amortização da Dívida interna e Externa, criando um círculo vicioso: o governo se endivida cada vez mais para pagar cada vez menos da Dívida.

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida para o Orçamento de 2009, foram previstos R\$ 234 bilhões para juros e amortizações da dívida, sem computar os gastos com a chamada “rolagem”, ou seja, o pagamento de amortizações por meio da emissão de novos títulos. Se computarmos a “rolagem”, os gastos com a dívida passam de R\$ 756 bilhões, o que significava ano passado a metade de todo o orçamento do país. E apesar do “estrangulamento” da economia, a relação dívida/PIB subiu de 37,3%, no final de 2008, para 43%, no fechamento de novembro do ano passado, de acordo com o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Altamir Lopes. O Projeto de Lei Orçamentária para 2010 prevê R\$ 278 bilhões para o pagamento de juros e amortização da Dívida. Boa parte desta arrecadação virá da elevada carga tributária que compromete 36% de nosso PIB.

E no que isto reflete em nossas vidas, apesar de as classes C, D e E, estarem ascendendo na escala social? Significa que, enquanto o Ministério da Saúde havia desembolsado até

setembro do ano passado a quantia de R\$ 39 bilhões para este setor essencial, somente nos 10 primeiros dias de dezembro do ano passado, foram emitidos R\$ 20 bilhões em títulos da dívida interna, a maior parte com juros pré-fixados (ou seja, definidas no momento da emissão), com taxa média de mais de 11% ao ano. Ou seja, em dez dias de dezembro, o país endividou-se o equivalente a quase metade do Orçamento de Saúde de um ano inteiro do país, com crianças, idosos, gestantes e doentes de um modo geral, sendo amontoados nos corredores dos hospitais e morrendo por falta de assistência médica.

Outro exemplo: o Programa Bolsa Família que beneficia em torno de 12 milhões de famílias brasileiras em extrema necessidade, consumirá, teoricamente, do orçamento de 2010, a quantia de R\$ 12,7 bilhões. E a grita contra os gastos com a população carente por parte dos órgãos conservadores é geral. No entanto, boa parte destes investimentos nem chegam a ser aplicados e apenas constam no Orçamento.

As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nevrálgico para o projeto eleitoral do governo, atingiram no ano passado R\$ 28,269 bilhões. Essa quantia corresponde a apenas 55% da dotação orçamentária feita para essas obras, originalmente com uma dotação prevista em R\$ 50,6 bilhões. Ou seja, o governo, através do mecanismo de Contingenciamento Orçamentário, suga os valores previstos nas pastas para o pagamento dos juros da Dívida.

Existe uma verdadeira “guerra de números”, com informações fragmentadas em diversos portais, para dificultar a verificação do total realmente aplicado nas pastas. No entanto, a comparação entre os gastos públicos com o que se paga para a banca, comprova o tema da Campanha da Fraternidade deste ano: é impossível servir a Deus e ao dinheiro. Apesar de muita gente tentar demonstrar, com recursos de marketing, que não só é possível, como também dá votos.

Clair da Flora Martins é Advogada, ex-vereadora, ex-deputada federal e Presidente do Instituto Reage Brasil.

## Crise da Dívida na Europa

### Depois da União Européia ajudar os bancos falidos com trilhões de dólares, agora os rentistas querem mais, às custas dos trabalhadores e aposentados

Recentemente, em **2008**, os países da União Européia promoveram um pacote de salvamento de mais de 2 trilhões de dólares ao sistema financeiro, sendo que Portugal prestou sua ajuda mediante a criação de um fundo de até US\$ 27 bilhões. Já a Espanha criou linhas de financiamento de até US\$ 135 bilhões, o que incluiu a compra de ações dos bancos falidos.

Depois de mobilizar essas imensas somas de dinheiro para salvar rentistas e instituições financeiras que ultrapassaram limites de responsabilidade ao emitir derivativos sem lastro, países da Europa se encontram, agora em **2010**, em profunda crise da dívida. Esta nova crise foi, uma vez mais, provocada pelos especuladores, por meio dos chamados “swaps de defaults de crédito”, que rendem altos ganhos aos que apostam na quebra de países como a **Grécia**. O resultado é o forte aumento das taxas de juros exigidas pelos emprestadores, aprofundando a crise.

A especulação em torno do risco de o país não conseguir honrar seus compromissos da dívida faz com que os investidores cobrem taxas bem mais altas para emprestar àquele país. São as famosas “profecias auto-realizáveis” do mercado financeiro, visto que, com taxas altíssimas, dificilmente os países poderão pagar suas dívidas.

Porém, ao invés de questionar a estrutura do mercado financeiro mundial, os governos europeus preferem cortar os gastos sociais, prejudicando o conjunto da sociedade e principalmente os trabalhadores.

Os países mais ricos da Europa (França e Alemanha) já levantaram a hipótese de criar o “Fundo Monetário Europeu”, ou “FME”, como uma forma de enfrentar a crise da dívida naquele continente. Segundo o Ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, *“Nós não estamos planejando uma instituição concorrente com o FMI, mas precisamos de uma instituição para o equilíbrio interno da zona do euro, que teria à sua disposição tanto a experiência do FMI como mecanismos de intervenção similares”*.

Em suma: os países mais ricos da Europa querem criar uma forma de influir nas economias

dos demais países da União Européia para, em troca de empréstimos, lhes impor mais políticas neoliberais, como cortes de gastos sociais e reformas que tiram direitos dos trabalhadores.

Segundo recente reportagem do jornal Valor Econômico, “O juro já é uma despesa enorme no orçamento grego e deve chegar a € 13 bilhões este ano. É mais do que o governo vai gastar com educação, judiciário e polícia juntos.”

Interessante observar que a despesa anual com juros na Grécia equivale a 20 vezes o valor que será obtido com o corte compulsório de 10% no 13º salário dos servidores públicos.

Esta generosidade ao mercado financeiro também é observada em **Portugal**, onde foi anunciado um congelamento salarial do setor público, cortes de gastos sociais e aumentos de impostos. Além do mais, privatizações de 6 bilhões de euros estão sendo cogitadas, tudo isto por pressão da União Européia.

Na Europa, os investidores pressionam os governos a promoverem cortes de gastos sociais e privatizações, para permitir o pagamento da dívida. Investidores estimam que os países membros da União Européia detenham empresas estatais no valor de 300 bilhões de euros, que possam ser vendidas para fazer caixa e pagar a dívida, ou seja, mais privatizações!

Na semana passada, a agência Fitch rebaixou a classificação da dívida de Portugal, alegando que aumentou o risco deste país não pagar sua dívida. Como resultado, o governo português logo anunciou seu “firme compromisso” de reduzir os gastos sociais e pediu ao Parlamento apoio para “tranquilizar os mercados”.

Cabe ressaltar, neste tema, que esta é a função das agências de risco: pressionar os governos a cortarem gastos sociais para pagar a dívida e satisfazer os investidores. Por outro lado, quando os grandes bancos internacionais vão à falência, imediatamente os governos mundiais – inclusive a União Européia, da qual fazem parte Portugal, Espanha e Grécia – promovem grandes pacotes de salvamento, às custas do povo.